



# DIÁRIO OFICIAL

## MUNICÍPIO DE CONDE

Nº 1.375

Conde, 07 de junho de 2018

CRIADO PELA LEI 156/95.

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

### CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SPO Nº 001, 30 de maio de 2018.**

Versão 01  
Aprovação em 05/06/2018  
Ato de aprovação: Decreto nº 107/2018  
Unidade Responsável: Coordenadoria de Orçamentos

**Dispõe sobre orientação para  
elaboração do Plano Plurianual – PPA  
do Município de Conde-PB.**

A **Secretária da Controladoria Geral do Município do Conde**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 902, de 02 de janeiro de 2017, combinada com a Lei nº 913, de 26 de maio de 2017, e com o Decreto nº 038, de 20 de julho de 2017, **RESOLVE**:

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Orientar a elaboração do PPA - Plano Plurianual do Município de Conde-PB.

**Art. 2º.** Esta Instrução Normativa abrange todas as unidades executoras da estrutura organizacional da administração direta e indireta.

**Art. 3º.** Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - **AÇÃO**: instrumento de programação que visa combater as causas do problema que originou o programa, podendo ter características de investimento, de prestação ou de manutenção de serviços. Tem sempre um produto associado que visa preencher as lacunas deixadas pelas causas identificadas.

II - **ATIVIDADE**: conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e que concorrem para a manutenção da ação governamental.

III - **INDICADOR**: representa um ou mais itens de avaliação, por meio dos quais se medem os resultados alcançados e a evolução do problema, avaliando-se a efetividade do programa.

IV - **PROGRAMA**: instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução de um problema, o atendimento de uma demanda social ou uma oportunidade de investimento. Tem a função de integrar o PPA e a LOA de cada exercício.

V - **PROJETO**: conjunto de operações, limitadas no tempo, que concorrem para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, das quais resulta um produto.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DOS FUNDAMENTOS LEGAIS E DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 4º.** Esta instrução normativa encontra respaldo nos seguintes institutos legais:

- I – Constituição Federal de 1988.
- II - Lei Federal nº. 4.320/1964.
- III – Lei Complementar nº. 101/2000.
- IV - Lei Orgânica Municipal.
- V – Resolução do TCE nº 07/2004.
- VII – Resolução do TCE nº 05/2006.

**Art. 5º.** São responsabilidades do Gabinete da Prefeita:

- I - Aprovar o cronograma de atividades da Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN.
- II - Indicar equipe para assessorar o processo de elaboração da Proposta do PPA.
- III - Validar os programas que serão executados, em consonância com o Plano de Governo.
- IV - Validar as ações que serão priorizadas e desenvolvidas, bem como as metas a serem alcançadas, considerando as demandas registradas no Orçamento Democrático Municipal-ODM.
- V - Analisar a Proposta do Plano Plurianual, verificando sua compatibilidade com as necessidades do Município de Conde e seu ajustamento ao cenário atual.
- VI – Encaminhar Projeto de lei do Plano Plurianual à Câmara Municipal.

**Art. 6º.** São responsabilidades da Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN, como órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento-SPO:

- I – Promover a divulgação e implementação desta instrução normativa, mantendo-a atualizada.
- II - Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a Controladoria Geral do Município, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão.
- III – Coordenar os trabalhos da equipe responsável pela elaboração da Proposta do PPA.
- IV - Cumprir e zelar para que todos cumpram esta Instrução Normativa, em todos os seus termos.

**Art. 7º.** São responsabilidades da Coordenadoria de Orçamentos:

- I – Promover reuniões com a equipe designada para assessorar a elaboração do PPA, no intuito de uniformizar conceitos e metodologia de elaboração da Proposta do Plano Plurianual, orientando às demais unidades sobre:
  - a) Prazos e procedimentos a serem adotados por todas as unidades da estrutura organizacional para a análise de programas, com base no diagnóstico dos problemas existentes, para definição das ações a serem elaboradas;
  - b) Critérios e procedimentos para a elaboração do planejamento dos recursos necessários para o atendimento dos programas;
  - c) Programas existentes das secretarias competentes, para avaliar e elaborar as propostas de ação.

II - Coordenar estudos técnicos voltados à identificação de metas e prioridades da administração para os próximos quatro anos.

III - Analisar o Plano de Governo para obter subsídios para a elaboração da Proposta do PPA.

IV - Acompanhar o processo de avaliação da Proposta junto à SEPLAN, fornecendo informações necessárias à análise.

**Art. 8º.** São responsabilidades das demais Unidades:

I - Atender as solicitações da Secretaria Municipal de Planejamento, fornecendo as informações necessárias à elaboração dos programas e ações a serem inseridas na Proposta do Plano Plurianual.

II - Informar à Secretaria Municipal de Planejamento sobre a necessidade de possíveis alterações nos procedimentos do planejamento, com a finalidade de obter melhor proveito e eficiência operacional.

III - Manter a Instrução Normativa ao alcance de todos os funcionários da unidade e zelar pelo seu cumprimento.

IV - Participar das reuniões para elaboração do PPA.

V - Coletar todas as informações e dados necessários para a elaboração do PPA e encaminhar à SEPLAN.

**Art. 9º.** São responsabilidades da Controladoria Geral do Município:

I - Prestar apoio técnico por ocasião das atualizações da Instrução Normativa, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle.

II - Avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes ao Sistema de Planejamento e Orçamento - SPO, através da atividade de auditoria interna, propondo alterações na Instrução Normativa para aprimoramento dos controles.

III - Organizar e manter atualizado o Manual de Procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

### **CAPÍTULO III DOS PROCEDIMENTOS**

**Art. 10.** A proposta de Plano Plurianual deve ser elaborada pelo Poder Executivo durante o primeiro ano de mandato da Prefeita e, após a votação na Câmara Municipal e sanção governamental, o Plano deve orientar a ação de governo.

**Art. 11.** A elaboração do projeto de Lei do Plano Plurianual deve estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, relativas aos programas de duração continuada.

**Art. 12.** O Plano Plurianual deve contribuir para o desenvolvimento do Município, devendo constar de forma clara as propostas de governo para quatro anos.

**Art. 13.** A Secretaria Municipal de Planejamento tomará todas as providências para a elaboração do PPA, referente ao quadriênio seguinte, competindo-lhe:

I - Estabelecer cronograma de atividades, tendo em vista o prazo estabelecido para o encaminhamento do projeto de lei do PPA à Câmara.

II - Realizar levantamento dos programas e recursos do Governo Federal e Estadual, confrontando com o comportamento das receitas dos anos anteriores, inclusive de convênios e repasses, para elaborar a previsão de receitas.

III - Diagnosticar, em parceria com as Unidades Executoras, as demandas sociais, os problemas, melhorias, necessidades e potencialidades que orientarão as futuras ações governamentais.

IV - Definir diretrizes para elaboração do PPA, baseado no Plano Diretor, no Plano de Governo, nos Planos Setoriais (unidades executoras), nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e nas demandas da população registradas nas atas do Orçamento Democrático.

V - Definir o teto orçamentário geral, projeções das receitas, restrições legais e receitas vinculadas, considerando:

- Análise das necessidades, dificuldades, potenciais e capacidade econômica do Município para definir objetivos e metas da administração para o período de quatro anos de exercício;
- Estudos para identificar a quantia de recursos disponíveis em cada fonte de financiamento; e
- Estudos para apuração dos gastos com manutenção do custeio administrativo e definir as disponibilidades financeiras para criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental.

VI - Disponibilizar todas as informações relativas aos procedimentos de elaboração do PPA à Coordenadoria de Orçamentos.

VII - Avaliar a minuta do projeto de lei do PPA finalizada pela Coordenação de Orçamentos, tomando as seguintes providências:

- Devolver à Coordenação de Orçamentos para adequações, se julgar necessário.
- Convocar audiência pública, estando de acordo.
- Discutir a primeira versão da proposta em audiência.
- Encaminhar ao Gabinete da Prefeita para envio à Câmara Municipal.

**Art. 14.** Compete à Coordenadoria de Orçamentos, a partir do cronograma de atividades estabelecido pela SEPLAN:

I - Solicitar das demais unidades administrativas a elaboração de programas pertinentes à sua área de atuação.

II - Receber e analisar os programas e ações das unidades administrativas.

III - Compatibilizar os programas e ações com o conteúdo das atas das audiências do Orçamento Democrático para consolidação do PPA.

IV - Elaborar planilhas dos programas e ações de governo com identificação do diagnóstico, diretrizes, objetivos, indicadores, produto, unidade de medida, metas físicas e financeiras e fontes de financiamento.

V - Elaborar minuta do Projeto de lei do Plano Plurianual e submetê-la à apreciação do Secretário da pasta e à Procuradoria Geral do Município.

**Parágrafo único.** Se a Coordenadoria de Orçamentos entender que os programas não estão de acordo com as diretrizes e com os recursos disponíveis, devolverá à Unidade interessada para as adequações necessárias. Caso contrário, deverá incorporar e consolidar a proposta do PPA.

**Art. 15.** As unidades administrativas deverão:

I - Analisar os programas existentes na sua área de atuação.

II - Elaborar as propostas de ações, para realização dos programas.

III - Encaminhar à Coordenadoria de Orçamentos.

### **Seção I**

#### **Dos Preceitos Legais para Elaboração do PPA**

**Art. 16.** A equipe responsável pela elaboração da Proposta do PPA, lotada na SEPLAN, buscará:

I - contemplar os objetivos estratégicos da administração.

II - organizar em programas, as ações que resultem em bens ou serviços para atendimento das demandas da sociedade.

III - definir com clareza as metas físicas e financeiras, as prioridades da administração, bem como os resultados dela esperados.

IV - estabelecer a necessária relação entre os programas e as ações a serem desenvolvidas.

V - possibilitar que a alocação dos recursos nos orçamentos anuais seja coerente com os objetivos, diretrizes e metas estabelecidas e com o desempenho obtido na execução dos programas.

VII - observar a integração dos programas entre as peças de planejamento (PPA, LDO e LOA).

**Art. 17.** O Gabinete da Prefeita analisará a Proposta do Plano Plurianual - PPA e verificará se os objetivos estratégicos, os programas e as ações prioritizadas para os exercícios do quadriênio seguinte estão sendo atendidos.

**§1º.** Caso o Gabinete da Prefeita determine alguma alteração, a Proposta será devolvida ao Secretário Municipal de Planejamento para providenciar as alterações necessárias.

**§2º.** O Coordenador de Orçamentos ficará responsável por realizar as alterações necessárias e encaminhá-las ao Secretário Municipal de Planejamento, que encaminhará ao Gabinete da Prefeita.

**Art. 18.** O projeto de Lei do Plano Plurianual será encaminhado ao Poder Legislativo até quatro meses antes do encerramento da Sessão Legislativa do primeiro ano do mandato da Prefeita.

**Art.19.** A Secretaria Municipal de Planejamento enviará ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba até o quinto dia útil do mês subsequente à sua publicação, devidamente acompanhada de cópia da mensagem de encaminhamento do Projeto ao Poder Legislativo, da ata de deliberação, e da comprovação da realização de audiência pública prevista no artigo 48 da LRF.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 20.** No fim do segundo ano de aplicação do PPA, havendo a necessidade de revisão, o Secretário Municipal de Planejamento providenciará, mediante projeto de lei, as alterações necessárias nos moldes estabelecidos pela Lei do Plurianual.

**Parágrafo único.** O projeto de lei de revisão objetivará a atualização e aperfeiçoamento da programação já definida no PPA em execução, visando fortalecer o processo de elaboração, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, visto que compatibiliza o PPA com as leis orçamentárias anuais e com as leis de créditos adicionais, permitindo à SEPLAN alterar o valor global dos programas, adequar as vinculações entre as ações orçamentárias e os objetivos, e ainda revisar ou atualizar as metas.

**Art. 21.** A audiência pública de que trata o art. 13, VII, b, proceder-se-á na forma estabelecida na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 22.** Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Fazenda e Controladoria Geral do Município.

**Art. 23.** Integram esta Instrução Normativa os seguintes anexos:  
ANEXO I – Fluxograma de Elaboração da Proposta do Plano Plurianual.

**Art. 24.** Esta Instrução Normativa entrará em vigência na data de sua publicação.

Conde - PB, 30 de maio de 2018.

**GIRLENE MELO SILVA ROQUE**  
Secretária da Controladoria Geral do Município

**RICARDO JORGE C. MADRUGA**  
Sec. Substituto da SEPLAN

Ciente. Publique-se.  
07/06/2018

**MÁRCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA**  
Prefeita Municipal

#### ANEXO I IN SPO nº 001/2018

